



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

REQUERIMENTO Nº 14 / 2020

Senhor Presidente,

O Vereador signatário deste requer, nos termos do inciso XXIV do art. 40 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre e do inciso VII do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria responsável pela respectiva pasta, as informações que se seguem:

- 1 - Solicitar ao setor responsável, todos os estudos, impactos e razões que motivaram a decisão de extinção de cargos públicos efetivos em favorecimento à terceirização.
- 2 - Conforme informações obtidas pelo vídeo explicativo feito pelo Prefeito Municipal de Pouso Alegre/MG e pelo Vereador Bruno Dias, líder do prefeito, qual é o motivo da impossibilidade de ser feito concurso público para a contratação dos 248 profissionais necessários para a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG?
- 3 - Cópia dos estudos que apontam que a contratação indireta de profissionais gerará maior qualidade aos serviços prestados em Pouso Alegre/MG, bem como maior agilidade.

JUSTIFICATIVA

Fundado nos artigos 22, 39, inciso III, e artigo 40, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal – LOM, o presente requerimento tem o escopo de, por meio do exercício da função fiscalizadora típica do Poder Legislativo, assegurar a observância, pelo Poder Executivo, dos princípios constitucionais pertinentes à administração pública, constantes no artigo 37 da Constituição Federal.

Ademais, este requerimento busca averiguar em específico, se o Poder Público Municipal, efetivamente está cumprindo o seu compromisso de zelar pelo interesse público.

Assim, este requerimento faz-se necessário, considerando que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município fundamenta-se no direito da sociedade a um governo honesto, obediente à lei, eficiente e eficaz, conforme preconiza o artigo 54 da LOM.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2020.

Dr. Edson
VEREADOR

Aprovado		PELO PLENÁRIO
POR	11 102	VOTOS.
SALA DAS SESSÕES,		18/02/2020

Rodrigo Modesto